

# "A Escola Candanga secundariza o conhecimento"

Ronaldo de Oliveira

**Correio Braziliense — O que há de errado com a Escola Candanga?**

Marcos Pato — O governo muda a organização da escola, passando a agrupar os alunos por fases e não mais por séries. Na primeira fase, estudam alunos de seis, sete e oito anos. Na segunda, de nove, dez e 11 anos. E, na terceira, estudantes de 12, 13 e 14. Os dois grandes problemas são a aprovação automática de uma fase para outra e o fim das disciplinas específicas. O aluno passa a ter áreas de estudo. O objetivo é que o professor trabalhe com todas as disciplinas. A Escola Candanga cria o professor generalista, que não é especializado.

**Correio - O aluno é promovido de uma fase para outra sem as informações necessárias?**

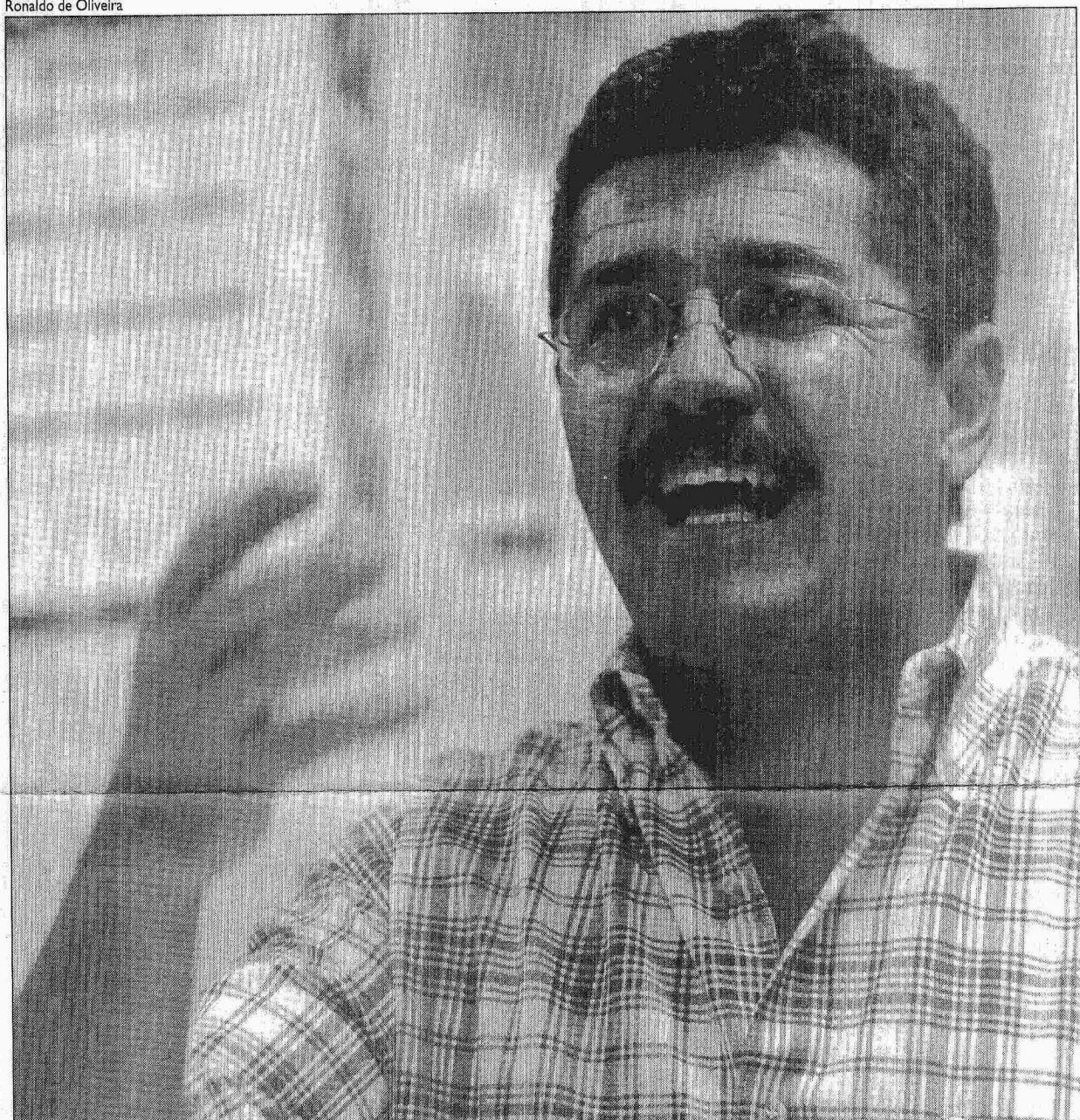
Marcos - Quando o aluno completa nove anos, passa automaticamente para a fase dois. Independentemente de seu conhecimento. A Escola Candanga secundariza demais o conhecimento. Vivemos hoje num mundo onde a informação é o principal instrumento de inserção no mercado. E será através do ensino qualificado que o aluno terá capacidade para isto. Se não se desenvolve, será excluído. Destruir a disciplina específica é desqualificar o aluno e a escola. É colocar em risco a qualidade de ensino. Pode criar uma situação de conhecimento genérico e extremamente superficial.

**Correio - O problema da reaprovação escolar fica mal resolvido?**

Marcos - O governo argumenta que a escola seriada, calcada em disciplinas específicas, tem gerado índice muito grande de reaprovação. Para solução, propõe a aprovação automática. Esta é uma alternativa burocrática e estatística, que procura escamotear alguns problemas referentes à qualidade do ensino. Temos hoje alunos semi-analfabetos na segunda fase, que é equivalente à quinta-série. Se o governo ataca a reaprovação como forma de exclusão social, promovendo automaticamente o aluno criará outra forma de exclusão social, que é o analfabeto funcional. O aluno adquirir o certificado de escolaridade sem saber escrever um bilhete.

**Correio - E qual a responsabilidade do professor sobre a reaprovação?**

Marcos - O secretário de Educação diz que o responsável é o professor, mas não analisa as condições de trabalho. Deveria colocar o sistema no banco dos réus. E, como responsável pelo sistema, evidentemente quem deveria estar no banco dos réus seria



*Marcos Pato discorda das acusações de Ibañez, mas admite que houve avanços na política de educação do GDF*

o próprio secretário. Os professores têm péssima avaliação de sua gestão administrativa.

**Correio - Os maiores índices de reaprovação estão nas quintas séries?**

Marcos - Os professores de quartas séries geralmente trabalham com duas turmas, com 80 a 90 alunos. Nas quintas, por causa das disciplinas específicas, eles têm até 400 alunos. É óbvio que a qualidade de ensino cai. A jornada de trabalho é muito pesada. Então, quem repara? O professor ou as condições de trabalho? O secretário vem da universidade, onde os professores têm no máximo 120 alunos. O secretário não conhece o sistema de ensino da rede pública. Se conhecesse, seria mais respeitoso com os professores.

**Correio - Os últimos quatro anos foram um fracasso...**

Marcos - A questão pedagógica tem alguns avanços. Por exemplo, a rees-

truturação da jornada de trabalho do professor, com a ampliação do tempo disponível para planejamento de seu trabalho, de oito para 15 horas semanais, e redução do tempo em sala de aula de 32 horas para 25, são pontos positivos. Os alunos passaram a ficar mais uma hora na escola e a equipe tem mais tempo para planejamento. Isto é um progresso, permite trabalho mais coletivo, mais participativo. Mas o secretário tem que oferecer mais condições de trabalho; isto não é suficiente.

**Correio - Mas, se o sistema regular tem problemas e a Escola Candanga também, qual seria a alternativa ideal?**

Marcos - O ideal seria rever as fases da Escola Candanga, construindo-se fases de nove a dez anos, outra de 11 a 12 e outra de 13 a 14, onde a aprovação automática não seja regra de promoção. O governo tem que oferecer recursos para que o estudante tenha

atendimento especializado, com redução do número de alunos em sala e uma política de valorização do magistério. Com chances de aperfeiçoamento na carreira e salários adequados. A Escola Candanga não é totalmente negativa, desde que sofra reajustes.

**Correio - Os professores se sentem desvalorizados...**

Marcos - Na rede pública de ensino, 80% dos professores têm curso superior, 10% estão na universidade e apenas 10% fizeram só o magistério. E 85% da categoria trabalham em regime de dedicação exclusiva. O salário para um professor com curso universitário especializado, concursado e com dedicação exclusiva é de R\$ 1.138,00 iniciais. Um agente de polícia de nível médio recebe como salário inicial R\$ 1.500,00. E um médico do programa Saúde em Casa recebe R\$ 4.000,00, sem ser concursado.